



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Sustentável**

**SUPRAM SUL DE MINAS - Diretoria Regional de Regularização  
Ambiental**

**Parecer nº 240/SEMAD/SUPRAM SUL - DRRA/2022**

**PROCESSO Nº 1370.01.0035473/2022-80**

<b>Parecer Único de Licenciamento Ambiental Simplificado (RAS) nº 240/SEMAD/SUPRAM SUL - DRRA/2022</b>				
<b>Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: 50530245</b>				
<b>PA COPAM Nº: 2456/2022</b>		<b>SITUAÇÃO:</b> Deferimento		
<b>EMPREENDEDOR:</b> EMACC - EMPRESA DE MINERACAO DE AGREGADOS DA CONSTRUCAO CIVIL LTDA		<b>CNPJ:</b>	45.384.748/0001- 73	
<b>EMPREENDIMENTO:</b> EMACC - EMPRESA DE MINERACAO DE AGREGADOS DA CONSTRUCAO CIVIL LTDA		<b>CNPJ:</b>	45.384.748/0001- 73	
<b>MUNICÍPIO(S):</b> Pouso Alegre		<b>ZONA:</b>	Rural	
<b>COORDENADAS GEOGRÁFICAS (DATUM):</b>	<b>LAT/Y:</b> 22°81'21"S	<b>LONG/X:</b> 45°50'11"W		
<b>CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• zona de Transição da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica</li></ul>				
<b>CÓDIGO:</b>	<b>PARAMETRO:</b>	<b>ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17):</b>	<b>CLASSE</b>	<b>CRITÉRIO LOCACIONAL</b>
A-02-10-0	produção bruta de 12.000 m³/ano	Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho	2	1

<b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b>	<b>REGISTRO:</b>	
Engenheiro de Minas Everton Andrade Bruzzeguez	ART nº MG20221229609	
<b>AUTORIA DO PARECER</b>	<b>MATRÍCULA</b>	<b>ASSINATURA</b>
Cátia Villas-Bôas Paiva - Gestora Ambiental	1.364.293-9	
De acordo:  Eridano Valim dos Santos Maia - Diretor Regional de Regularização Ambiental Sul de Minas	1.526.428-6	



Documento assinado eletronicamente por **Cátia Villas Boas Paiva, Servidor(a) Público(a)**, em 29/07/2022, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eridano Valim dos Santos Maia, Diretor(a)**, em 29/07/2022, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **50527613** e o código CRC **15492F2E**.

**Referência:** Processo nº 1370.01.0035473/2022-80

SEI nº 50527613

**Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 240/SEMAD/SUPRAM**  
**SUL - DRRA/2022**

O empreendimento **EMACC - EMPRESA DE MINERACAO DE AGREGADOS DA CONSTRUCAO CIVIL LTDA**, CNPJ 45.384.748/0001-73, pretende operar no setor de mineração, a atividade de “A-02-10-0 Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho”, com produção bruta de 12.000 m³/ano (porte pequeno), nas coordenadas geográficas de referência 22°81’21”S e 45°50’11”W, município de Pouso Alegre. Os parâmetros informados no processo formalizado SLA nº 2456/2022 justificam a adoção do procedimento simplificado.

Em consulta a plataforma IDE-Sisema, o empreendimento está localizado na zona de Transição da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, que incidiu critério locacional fator 1. Foi apresentado estudo referente a critério locacional, que demonstrou a não existência de comunidades tradicionais na área diretamente afetada- ADA do empreendimento e, que as medidas mitigadoras e de controle para os impactos ambientais identificados, não causarão interferência da atividade do empreendimento na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Os estudos foram elaborados pelo Engenheiro de Minas Everton Andrade Bruzzeguez, sob Anotação de Responsabilidade Técnica- ART nº MG20221229609 (emitida em 17/06/2022).

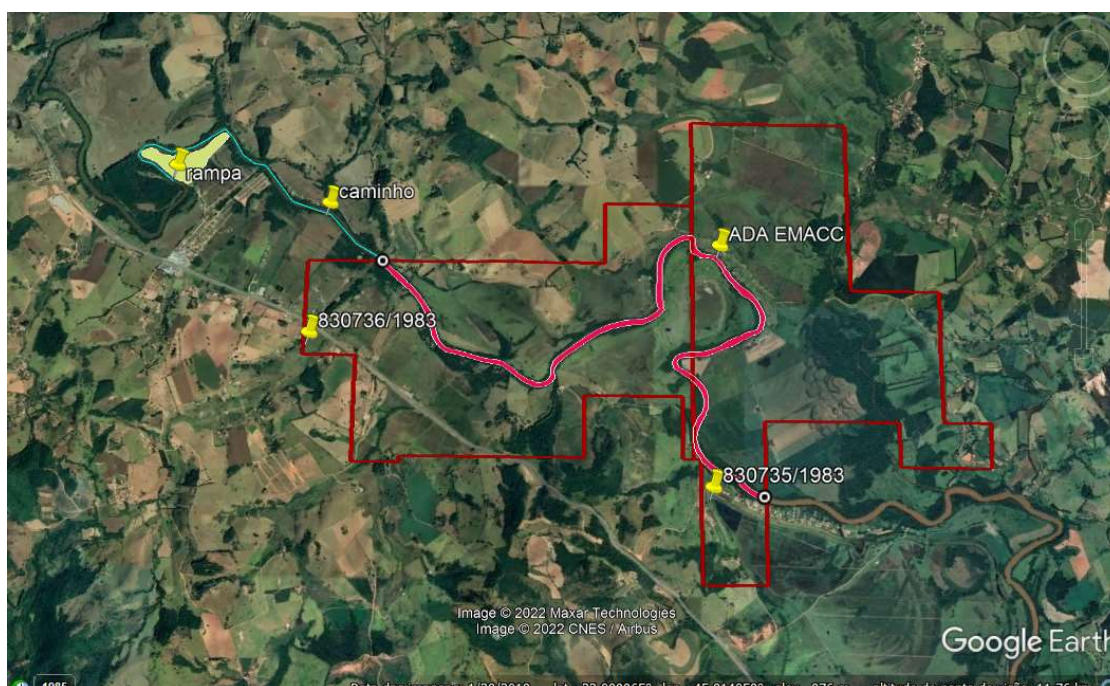
Historicamente é a primeira licença para o requerente. Porém, a poligonal minerária 830735/1983 já foi objeto de Autorização Ambiental para Funcionamento- AAF nº 813/2017, vencida em 08/02/2021, para a mesma atividade pleiteada, porém em nome do empreendimento Center MM.

Assim, a solicitação do empreendimento para o licenciamento é fase de projeto.

A ADA do empreendimento foi delimitada no leito do rio Sapucaí, dentro dos limites das poligonais minerárias 830735/1983 e 830736/1983, na fase de requerimento de cessão total dos direitos minerários. Para isso, foram apresentados Contrato Particular e Protocolo do requerimento junto a ANM. Portanto, figura como condicionante a apresentação dos direitos minerários em nome do empreendimento para a substância ouro.

Entende-se que a exploração de recursos minerais é determinada pela ocorrência da jazida, sendo que a mineração de ouro em aluvião ocorre em locais onde houve a deposição do mineral ao longo do tempo, como nos rios. Fator que concerne rigidez locacional ao empreendimento em questão.

A ADA somou 57,26ha, nos municípios de Pouso Alegre, São Sebastião da Bela Vista e Silvianópolis. Foi apresentado Certidão de Regularidade de atividade quanto ao uso e ocupação do solo municipal para os três municípios. Abaixo a localização do empreendimento:



Para uso da água, o empreendimento apresentou Declaração de regularidade de serviços não sujeitos a outorga da ANA nº 313/2022/SER (Nº CNARH: 31.0.0395179/06), emitida pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico em 31/03/2022, para extração mineral (sem uso de água para composição de polpa) e sem alterar regime de vazão.

Para consumo humano será transportada diariamente galões de 20 litros.

Como a atividade ocorrerá em leito de rio, não haverá edificação de apoio no empreendimento, o mesmo fará uso de uma rampa de acesso em propriedade de terceiros denominada Fazenda Várzea do Porto. Foi apresentado contrato de servidão de passagem, matrícula e registro do Cadastro Ambiental Rural- CAR da propriedade.

Para a rampa de acesso no leito do rio Sapucaí, o proprietário da Fazenda Várzea do Porto obteve Simples Declaração através do documento 32056581.

A reserva legal da propriedade, que é de terceiros, está averbada na própria matrícula nº 43868, não inferior a 20% da área total da propriedade, em duas glebas. Conforme o Termo emitido, uma gleba era formada por vegetação nativa que deverá manter-se preservada e, a outra era formada por gramínea, que deverá manter-se isolada para que o processo de regeneração natural realize a sucessão ecológica. Porém, recomenda-se que sejam tomadas medidas para facilitar o processo da sucessão ecológica através de plantio de espécies nativas de ocorrência da região.

O CAR apresentado está registrado sob nº MG-3164407-9D6FB8DE0DBD41449878F83A8FBEE312, referente a matrícula da propriedade e possui reserva legal delimitada não inferior a 20% da área total. Nas informações do



Sicar, consta a averbação da reserva legal na matrícula, que deverá manter-se delimitada conforme o termo averbado.

A operação será realizada durante oito horas, 5 dias por semana, durante todo ano, com o emprego de 7 funcionários.

O processo se dará por meio da utilização de draga de sucção mecânica, em plataforma flutuante estacionada no leito do rio Sapucaí, constituindo-se nas etapas: 1) posicionamento no rio do conjunto draga de sucção com caixa concentradora e início da extração mineral do aluvião (em forma de polpa) através de bomba de sucção movida por motor a diesel. Operação executada por mergulho (operadores escafandristas); 2) Transporte da polpa de minério contendo 40% aproximadamente de sólidos através de tubulação de plástico, para o interior da draga; 3) direcionamento dos sólidos para uma caixa de concentração situada no interior da draga, conhecida como “calha simples” ou “calha riflada”, forrada por carpetes de mineração cujo objetivo é reter os finos pesados contidos no aluvião do rio (polpa); 4) retirada e limpeza dos carpetes dispostos na caixa concentradora e obtenção do concentrado pesado bruto; 5) separação por densidade do concentrado pesado bruto retirado do carpete de mineração, através de processo de bateia, até a obtenção do concentrado final contendo o mineral ouro, totalmente limpo; e 6) comercialização do produto.

Neste processo a água volta para o leito do rio juntamente com os grãos graúdos e os grãos miúdos e o ouro ficam depositados no carpete. O beneficiamento se dá por concentração por densidade na caixa concentradora de minério, em que o concentrado pesado (minério concentrado) é armazenado em bombonas de plástico ou baldes fechados.

Assim, o empreendedor propôs a realização trimestral de análises das águas de retorno ao rio, após o beneficiamento na caixa de retenção de concentrado, visando monitorar a qualidade da água que foi captada e em seguida retornada.

Para os efluentes sanitários será instalado banheiro químico no interior da draga, sem qualquer lançamento em curso d'água ou sumidouro e; para o óleo usado coletado será disposto em bombona plástica fechada e destinado a empresa de re-refino.

Durante os serviços eventuais e de pequena monta de manutenção mecânica e abastecimento da balsa, para prevenir vazamentos e contaminações, deverão ser acondicionados e manuseados os óleos e graxas de modo a evitar a contaminação indesejável dos recursos hídricos e do solo. Por isso, fica determinado e condicionado a instalação de proteção nas bordas laterais das balsas das dragas, para evitar derramamento de óleos e graxas.

Os resíduos sólidos a serem gerados no empreendimento irão consistir basicamente de resíduos de natureza doméstica e possíveis resíduos oleosos provenientes das eventuais manutenções do maquinário. Esses resíduos sólidos



foram identificados e, deverão ser segregados conforme determina a norma técnica NBR 10.004 e Resolução Conama nº 358/2005. A disposição dos resíduos foi prevista em bombona fechada e deverão ser armazenados de forma apropriada para a característica do resíduo (Classe I, Classe II, recicláveis) de acordo com o estabelecido nas normas técnicas NBR 12235/1992 ou NBR 11174/1990, devendo permanecer abrigados até que sejam recolhidos por empresas especializadas contratadas diretamente pelo empreendedor ou pela autarquia responsável pelo serviço, sendo que em ambos os casos, o local de deposição final dos resíduos e o transporte dos mesmos, devem estar ambientalmente licenciados para tal.

As emissões atmosféricas se limitam basicamente aos gases veiculares em que deverão realizar manutenção preventiva das máquinas com vistas a manter a emissão em níveis de fábrica.

A geração de ruído, apesar de existente, é pouco expressivo e pode ser considerado um impacto não significativo devido à localização do empreendimento, em área rural, distante de núcleos populacionais. Adicionalmente, o método de lavra utilizado não utiliza explosivos e nem realiza tombamento dos blocos, em que o ruído do motor da draga (quando em utilização) e do compressor serão os únicos existentes.

Nos RAS foi relatado que uma casa será alugada no município de São Sebastião da Bela Vista para acondicionamento de ferramentas e trabalhos administrativos.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se o deferimento da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento "EMACC - EMPRESA DE MINERACAO DE AGREGADOS DA CONSTRUCAO CIVIL LTDA" para a atividade de "Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho", pelo prazo de 10 (dez) anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas nos ANEXOS deste Parecer técnico, bem como da legislação ambiental pertinente.

Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local sendo, portanto, o empreendedor e/ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste parecer. "Esta licença não substitui a obrigatoriedade do empreendedor em obter título minerário ou guia de utilização expedida pela Agência Nacional de Mineração, nos termos do art.23 da Deliberação Normativa COPAM nº 217 de 2017".

## **ANEXO I**



**Condicionantes para LAS/RAS do empreendimento EMACC - EMPRESA DE MINERACAO DE AGREGADOS DA CONSTRUCAO CIVIL LTDA – Fase de instalação**

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Comunicar o início e o fim da instalação do empreendimento	Durante a validade da licença
02	Apresentar os direitos minerários em nome do empreendimento e para a substância ouro.	Antes do início da operação.
03	Apresentar relatório técnico e fotográfico demonstrando a instalação do sistema contenção na balsa da draga e banheiro químico.	Antes do início da operação.

**ANEXO II**

**Condicionantes para LAS/RAS do empreendimento EMACC - EMPRESA DE MINERACAO DE AGREGADOS DA CONSTRUCAO CIVIL LTDA – Fase de operação**

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Comunicar o início da operação do empreendimento, com antecedência de 15 dias.	15 dias antes do início da operação.
02	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da Licença Ambiental.

**\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.**

[2] Enviar anualmente, a Supram Sul, até o último dia do mês subsequente a publicação da Licença Ambiental.

**IMPORTANTE**

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-SM, face ao desempenho apresentado; Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



### ANEXO III

#### Automonitoramento EMACC - EMPRESA DE MINERACAO DE AGREGADOS DA CONSTRUCAO CIVIL LTDA

##### 1. Resíduos Sólidos

Monitoramento	Prazo
Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduos – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre.	Conforme Art. 16 da Deliberação Normativa Copam nº. 232/2019.

##### Observações

1. O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser incluído manualmente na DMR.
2. O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
3. As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. 4. As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.

##### 2. **Corpo Hídrico (Qualidade das águas)**

Para verificação da qualidade das águas no curso d'água em que ocorrerá a intervenção ambiental, deverá ser realizado monitoramento a montante e a jusante do ponto do empreendimento, informando as coordenadas geográficas dos pontos de coleta, de acordo com o programa apresentado abaixo:

Parâmetro	Unidade	Frequência
DBO* (afluente e efluente)	mg/L	Semestral
DQO* (afluente e efluente)	mg/L	
Coliformes termotolerantes	NMP/100mL	
Sólidos sedimentáveis	ml/L	
Sólidos Suspensos totais	mg/L	
Óleos e graxas (minerais)	mg/L	





Oxigênio dissolvido	mg/L	
pH	-	
Substâncias tensoativas	mg/L LAS	
Turbidez	UNT	
Cor Verdadeira	-	

**Relatórios:** Enviar, anualmente, até o último dia do mês subsequente a publicação da Licença Ambiental à Supram-Sul, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios acreditados pelo órgão de controle e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises. Na impossibilidade da realização de amostragem pelo responsável técnico, o empreendedor deve cumprir as exigências dispostas no Art. 4º da Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 27 de outubro de 2017, para tal. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, bem como a medida mitigadora adotada.*

**Método de amostragem:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA, última edição.